

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 434/2025

**AUTOR:** Deputado **GIPÃO**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a garantia de condições de trabalho adequadas às servidoras públicas estaduais em período de menopausa, e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado **EDUARDO FORTES**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**PARECER**

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado GIPÃO, o Projeto de Lei nº 434/2025, que "Dispõe sobre a garantia de condições de trabalho adequadas às servidoras públicas estaduais em período de menopausa, e dá outras providências."

Aduz o autor que Este Projeto de Lei tem por objetivo promover uma abordagem humanizada, acolhedora e baseada em evidências científicas para servidoras que estejam passando por essa fase. A proposta prevê medidas simples, como flexibilização de jornada, licenças médicas simplificadas e alteração temporária de função, sem ônus para o Estado, mas com imenso ganho social.

Além disso, propõe a capacitação de chefias e equipes de recursos humanos e a promoção de campanhas de sensibilização, fundamentais para combater o estigma promover o respeito e garantir um ambiente de trabalho mais justo e equitativo para as mulheres. Cumpre destacar que projetos semelhantes já vêm sendo discutidos e implementados em países como o Reino Unido, Espanha e Canadá, como parte de políticas mais amplas de equidade de gênero e bem-estar funcional. O Parlamento Britânico, por exemplo, reconheceu oficialmente em 2023 a necessidade de adaptar o ambiente de trabalho à realidade das mulheres em menopausa.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu que a matéria se encontra de acordo com a ordem constitucional e legal.

Assim, vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe fazer análise quanto aos aspectos financeiro e orçamentário.

Analisando o Projeto em pauta ao dispuser sobre a garantia de condições de trabalho adequadas às servidoras públicas estaduais em período de menopausa, implica aumento de despesas.

Deste modo, a proposta encontra óbice em seu prosseguimento, pois constitui ofensa ao art. 167, I, da Constituição Federal c/c o art. 82, inciso I, da Constituição Estadual, em que veda o início de programas ou **projetos** não incluídos na lei de orçamentária anual.

Ante o exposto, e por contrariar as normas orçamentárias, **VOTO** pela **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **434/2025**, visto que gera despesas e não estão incluídos na lei orçamentária anual.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado **EDUARDO FORTES**

Relator





ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



## DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o parecer do relator Senhor Deputado Eduardo Fortes

referente ao(a) PH 1434/2025

Encaminhe-se (a)(ao) Arquivado

Sala das Comissões, 17 de Dezembro de 2025.

Deputado **OLYNTHO NETO**

Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

### **MEMBROS EFETIVOS PRESENTES**    **MEMBROS SUPLENTE PRESENTES**

Dep. <b>OLYNTHO NETO</b> (x)	Dep. <b>NILTON FRANCO</b> ( )
Dep. <b>VALDEMAR JÚNIOR</b> (x)	Dep. <b>LEO BARBOSA</b> ( )
Dep. <b>EDUARDO MANTOAN</b> ( )	Dep. <b>PROF. JÚNIOR GEO</b> ( )
Dep. <b>EDUARDO FORTES</b> (x)	Dep. <b>GUTIERRES TORQUATO</b> ( )
Dep. <b>GIPÃO</b> (x)	Dep. <b>LUCIANO OLIVEIRA</b> (x)